

Orçamento limita tomada de empréstimos ao Bird

6 ABR 1985

BRASILIA — O Secretário-Geral do Ministério do Planejamento, Andrea Calabi, afirmou ontem que a carência de recursos orçamentários para que o Governo possa dar a sua contrapartida em cruzeiros, aos empréstimos a serem obtidos junto ao Banco Mundial (Bird) poderá "ter impactos negativos na obtenção de divisas necessárias ao equacionamento externo de 1985".

Cada empréstimo concedido pelo Bird, para investimento em áreas prioritárias, pressupõe uma contrapartida em cruzeiros por parte do Governo. O percentual dessa contrapartida depende de cada projeto, mas o Governo brasileiro tem conseguido reduzir sua participação para até um terço do valor total do investimento.

O problema da contrapartida é que os recursos a serem alocados pelo Governo deverão necessariamente estar previstos no seu orçamento. Do contrario, haveria efeitos negativos sobre a condução da política monetária.

Os empréstimos do Banco Mundial são importantes para o Brasil porque ajudam a fechar o balanço de pagamentos. O volume de recur-

sos a serem liberados pelo Bird este ano para o Brasil estava previsto inicialmente em US\$ 1,3 bilhão. Caso esse valor não se confirme, o Brasil terá que rever os outros números do balanço de pagamentos, como deixou claro o Secretário-Geral do Ministério do Planejamento.

A carência de recursos orçamentários para as contrapartidas aos empréstimos do Banco Mundial foi discutida demoradamente ontem na reunião do Comitê Interministerial de Acompanhamento da Execução dos Orçamentos Públicos (Comor), que é integrado por 19 técnicos do Governo, além dos Secretários-Gerais dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda.

Andrea Calabi informou que foi avaliado também o comportamento da política monetária, concluindo-se que "a evolução da base monetária (emissão primária de moeda) em abril indica um crescimento muito próximo da meta estabelecida na programação inicial". Ele informou que tem sido favorável a participação de empresas e bancos oficiais no mercado para a absorção de títulos públicos.